

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

CNPJ Nº 04.207.640/0001-28 – (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Prezados Acionistas, A Administração da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. (doravante “PB-LOG” ou “Companhia”) submete à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, as quais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. As informações do Relatório da Administração estão apresentadas em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2024, a PB-LOG completou 12 anos de existência, atuando alinhada com seu posicionamento estratégico, focando na prestação de serviços logísticos de apoio à operação de *Upstream*, com uma posição reconhecida e competitiva em custo, prontidão e flexibilidade operacional. O resultado do exercício refletiu o esforço integrado de todos os nossos colaboradores, com comprometimento e competência, em articulação com nossos parceiros, clientes e fornecedores, contemplando altos níveis de operação e segurança. A segurança é prioridade para todo o Sistema Petrobras e, em 2024, nossas operações resultaram uma taxa de acidentados registráveis (TAR) de 0,35 acidentados/milhão de “Homens-Hora Expostos ao Risco” (HHER); este resultado encontra-se 52% abaixo do limite de alerta (LA=0,67) definido para esse indicador no ano. A empresa buscou executar suas operações comerciais com base em relações de cooperação mútua e respeito aos clientes, com objetivo de garantir as melhores condições de atuação para atender aos níveis de serviço necessários à continuidade operacional dos ativos de Exploração e Produção (E&P). Os esforços nas negociações contratuais proporcionaram a geração de valor e resultado econômico aderentes aos riscos associados ao negócio, respaldados pelas gerências e pela administração. O nosso Lucro Líquido auferido no exercício, de R\$ 533 milhões, representa a eficiência das nossas operações, sendo integralmente distribuído à Acionista sob forma de dividendos. Nesse sentido, antecipamos dividendos à acionista controladora, no valor de R\$ 463 milhões em dezembro de 2024, referente ao lucro auferido no período de janeiro a outubro de 2024. No ambiente de gestão contratual, buscamos ação tempestiva na contratação e na cessão de frota para atendimento às nossas demandas de serviço, sempre em colaboração com a controladora para uma adequada gestão do Pool Logístico do Sul-Sudeste e às necessidades das operações de E&P da Petrobras. Ainda, mantivemos foco na diligência das medições contratuais e a regularização significativa de saldos e provisões com clientes e fornecedores Aprimoramos a gestão corporativa, bem como mantivemos o monitoramento integrado dos Riscos Empresariais e de Integridade. Ainda, em 2024, houve a centralização da atividade de Auditoria da PB-LOG em sua Controladora, o que permitiu uma maior abrangência do escopo do trabalho da auditoria, reforçando as linhas de defesa. Esses esforços conjuntos proporcionaram consequente impacto positivo na governança da PB-LOG. Em 2024, a empresa manteve seu compromisso com a integridade e a transparência, refletido na nota máxima recebida no Indicador de Conformidade (IC-SEST), avaliado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). A PB-LOG busca a melhoria contínua dos seus processos, garantindo altos padrões de segurança, eficiência, ética e integridade. Agradecemos a todas as partes interessadas pela cooperação ao longo do ano de 2024 e mantemos nosso compromisso de desenvolver novos negócios para 2025, buscando maximizar os resultados, para a construção de um futuro sustentável.

A Administração

SOBRE ESTE DOCUMENTO

O presente Relatório da Administração visa atender aos normativos vigentes, como a Lei nº 6.404/76, e orientações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Este relatório reflete a realidade da Companhia e as informações nele contidas são de inteira responsabilidade de seus administradores, não tendo sido objeto de auditoria. Além disso, as informações financeiras contidas nesse relatório foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Este documento pode conter previsões que refletem apenas expectativas dos nossos administradores. Os termos “antecipa”, “acredita”, “espera”, “prevê”, “pretende”, “planeja”, “projeta”, “objetiva”, “deverá”, bem como outros termos similares, visam a identificar tais previsões, as quais, evidentemente, envolvem riscos e incertezas previstos ou não pela Companhia e, consequentemente, não são garantias de nossos resultados futuros. Portanto, os resultados futuros das nossas operações podem diferir das atuais expectativas, e o leitor não deve se basear exclusivamente nas informações aqui contidas.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Criada em novembro de 2012, a PB-LOG é uma Sociedade Anônima de capital fechado e subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

PERFIL CORPORATIVO

A PB-LOG: Desde a sua constituição, a PB-LOG estabeleceu a sua sede na cidade do Rio de Janeiro, atuando prioritariamente na logística de suporte *offshore* e em atividades inerentes às operações de E&P, provendo bens e serviços necessários às atividades de seus clientes. A Companhia tem concentrado suas operações em Consórcios operados pela Petrobras no território nacional. A abrangência da sua infraestrutura e a disponibilidade de recursos proporcionam a agilidade no atendimento de operações complexas. Suas bases, estrategicamente posicionadas junto às grandes bacias produtoras, permitem à PB-LOG ofertar um amplo rol de serviços integrados.

VISÃO, MISSÃO E VALORES

Nossa missão, visão e valores foram reafirmados no Plano de Negócios 2025-2029:



Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

CNPJ Nº 04.207.640/0001-28 – (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Para o primeiro ano do PN, estabeleceu-se como métricas de topo a serem acompanhadas na gestão do negócio os seguintes indicadores:

Indicador	Unidade	Meta	Tipo
<i>Net Operating Profit After Taxes</i> (NOPAT)	R\$ mil	268.587	Maior-Melhor
IAGEE ^a	Unidade	3	Maior-Melhor
ICMA ^b	m³	3	Menor-Melhor

^a Índice de Atendimento às metas de Gases de efeito estufa (indicador de Políticas Públicas compartilhado com a Petrobras); e

^b Índice de Compromisso com o Meio Ambiente. Tendo com mediação o volume vazado acima de 1 barril (0,159m³).

Os indicadores apresentados são fundamentais para guiar nossas ações estratégicas e refletem nosso compromisso com os resultados e sustentabilidade do negócio, promovendo impacto positivo para nosso acionista e para a sociedade.

BALANÇO PATRIMONIAL							
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)							
Ativo	Notas	2024	2023	Passivo	Notas	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa		1	1	Fornecedores	8	148.174	277.203
Contas a receber, líquidas	6.1	128.726	402.362	Arrendamentos	9	627	1.083
Contas a receber - FIDC	6.4	397.285	473.370	Imposto de renda e contribuição social	12.1	29.194	63.951
Imposto de renda e contribuição social	12.1	13	73	Impostos e contribuições	12.2	11.178	22.602
Impostos e contribuições	12.2	755	19.765	Outros passivos		11.027	14.965
Ativo circulante		526.780	895.571	Passivo circulante		200.200	379.804
Contas a receber, líquidas	6.1	43.975	50.896	Arrendamentos	9	712	1.099
Depósitos judiciais	11.2	50.553	47.387	Provisão para processos judiciais	11.1	44.027	53.103
Impostos e contribuições	12.2	52.468	51.387	Provisão para ressarcimentos	10.1	46.731	45.203
Ativo realizável a longo prazo		146.996	149.670	Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.1	4.205	1.892
Imobilizado	7	963	1.555	Outros passivos		10.115	4.767
Ativo não circulante		147.959	151.225	Passivo não circulante		105.790	106.064
Total do ativo		674.739	1.046.796	Passivo circulante e não circulante		305.990	485.868
				Capital social realizado		249.391	249.391
				Reservas de lucros		119.358	311.537
				Patrimônio líquido	13	368.749	560.928
				Total do passivo		674.739	1.046.796

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO			
Exercícios findos em 31 de dezembro			
<i>(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)</i>			
	Notas	2024	2023
Receita de serviços	15	1.512.484	3.341.358
Custo dos serviços prestados	17	(740.340)	(1.910.074)
Lucro Bruto		772.144	1.431.284
Receitas (despesas)			
Gerais e administrativas	17	(24.092)	(22.174)
Tributárias	17	(2.299)	(6.472)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	18	(1.937)	(2.856)
		(28.328)	(31.502)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		743.816	1.399.782
Resultado financeiro líquido	16	63.652	125.083
Receitas financeiras		70.155	130.825
Despesas financeiras		(1.378)	(1.389)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		(5.125)	(4.353)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		807.468	1.524.865
Imposto de renda e contribuição social	12.1	(274.175)	(517.854)
Lucro líquido do exercício		533.293	1.007.011
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	13.6	0,23	0,43

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES		
Exercícios findos em 31 de dezembro		
<i>(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)</i>		
	2024	2023
Lucro líquido do exercício	533.293	1.007.011
Outros resultados abrangentes	—	—
Resultado abrangente total	533.293	1.007.011

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Exercícios findos em 31 de dezembro			
<i>(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)</i>			
	Notas	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		533.293	1.007.011
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	17	414	458
Perdas de créditos esperadas	18	38	—
Provisão (reversão) para processos judiciais e administrativos	18	(8.904)	2.129
Imposto de renda e contribuição social	12.1	274.175	517.854
Encargos financeiros sobre arrendamentos	9	559	210
Variações monetárias e cambiais não realizadas	16	(4.225)	4.353
Rendimentos com recebíveis de ativos financeiros	10.1	(55.025)	(101.059)
Resultado na baixa de ativos de direito de uso/arrendamentos		—	(45)
Redução (aumento) de ativos			
Contas a receber		282.814	80.034
Impostos a recuperar		20.464	10.191
Outros ativos		7.102	(2.108)
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		(128.832)	(267.591)
Processos judiciais pagos		(77)	(3.595)
Impostos e contribuições a recolher		(180.323)	(262.481)
Outros passivos		1.064	15.900
Imposto de renda e contribuição social pagos		(139.824)	(245.230)
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais		602.713	756.031
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Investimentos em recebíveis de ativos financeiros		(1.734.069)	(3.307.227)
Resgates em recebíveis de ativos financeiros		1.865.178	3.457.683
Recursos líquidos utilizados pelas atividades de investimentos		131.109	150.456
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Amortização de arrendamentos	9	(1.315)	(645)
Pagamento de dividendos	13.5	(732.507)	(905.842)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos		(733.822)	(906.487)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício		—	—
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS	
Exercícios findos em 31 de dezembro <i>(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)</i>	
1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES: A Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. (“Companhia” ou “PB-LOG”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro. Constituída em 21 de novembro de 2000, a Companhia iniciou suas operações em 2 de janeiro de 2001, sob o nome de Alberto Pasqualini – REFAP S.A. Desde 1968 a refinaria funcionava como unidade operacional da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. Em 1º de novembro de 2012, foi aprovada, por meio de sua Assembleia Geral Extraordinária, a reforma integral do seu Estatuto Social, modificando-se, dentre outros aspectos, a sua denominação e objeto social, passando, a partir daquela data, a denominar-se Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. (“PB-LOG”), cujo objeto social sofreu alterações para possibilitar o provimento de serviços logísticos para operações de exploração e de produção de petróleo e gás natural no Brasil, além da atividade de navegação de apoio marítimo e serviços correlatos. A Companhia mantém transações relevantes com a sua controladora Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e segue o plano de negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto. As atividades operacionais da Companhia estão relacionadas à prestação de serviços de logística integrada (armazenagem e transporte marítimo de cargas, passando por serviços portuários, transporte aéreo e marítimo) e controle de emergência (combate ao derramamento de óleo no mar e disponibilidade dos recursos e equipamentos de combate ao <i>Blowout</i> Submarino). No exercício, não houve ocorrência de receitas ou custos decorrentes de políticas públicas no âmbito da PB-LOG, vinculada ao interesse público na sua controladora Petróleo Brasileiro S.A.	
2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 4. A Diretoria Executiva da Companhia, em reunião realizada em 25 de fevereiro de 2025, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras. 2.1. Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado – DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, sendo apresentada como informação adicional. 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: A moeda funcional da Companhia é o Real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.	
3. PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS: Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.	
4. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS RELEVANTES: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações. A seguir são apresentados: (i) julgamentos relevantes;	
e (ii) as principais fontes de incerteza com risco significativo de causar ajustes materiais em estimativas contábeis da Companhia ao longo do próximo exercício social. 4.1. Fontes de incerteza em provisões para processos judiciais e contingências: A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrentes do curso normal de suas operações e considera estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres e avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração. Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema. Especificamente para ações trabalhistas de terceirizados, a Companhia estima a perda esperada através de um procedimento estatístico em virtude do volume de ações com características similares. Decisões judiciais e administrativas em ações contra a Companhia, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração da probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos. Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 11. 4.2. Fontes de incerteza em imposto de renda e contribuição social correntes: As regras e regulamentos de tributos sobre lucro podem ser interpretados de forma diferente pelas autoridades fiscais, podendo ocorrer situações em que as interpretações das autoridades fiscais diverjam do entendimento da Companhia. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. Com base na melhor forma de estimar a resolução da incerteza, a Companhia avalia cada tratamento fiscal incerto separadamente ou em conjunto de temas onde há interdependência quanto ao resultado esperado. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza. Se for provável que as autoridades fiscais aceitem um tratamento fiscal incerto, os valores registrados nas demonstrações financeiras são consistentes com a escrituração fiscal e, portanto, nenhuma incerteza é refletida na mensuração dos tributos sobre o lucro correntes ou diferidos. Caso não seja provável, a incerteza é refletida na mensuração dos tributos sobre o lucro nas demonstrações financeiras. Na medida que a Companhia conclua que não é provável que as autoridades fiscais aceitem um tratamento fiscal incerto, os valores registrados nas demonstrações financeiras devem refletir essa incerteza na mensuração dos tributos sobre o lucro correntes ou diferidos. O efeito da incerteza para cada tratamento fiscal incerto é estimado utilizando o método que forneça a melhor previsão da resolução da incerteza. O método do valor mais provável fornece como estimativa o único valor mais provável em um conjunto de resultados possíveis, enquanto o método do valor esperado representa a soma de valores de probabilidade ponderada na faixa de resultados possíveis. 4.3. Fontes de incerteza nas perdas de crédito esperadas de ativos financeiros: Perdas de crédito correspondem à diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à entidade e todos os fluxos de caixa que a entidade espera receber, descontados à taxa de juros efetiva original. A perda de crédito esperada (PCE) de um ativo financeiro corresponde à média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A provisão de perdas de crédito esperadas para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de <i>default</i> , determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.	

5. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES: 5.1. *International Accounting Standards Board (IASB)*: A Companhia é regida pelos regramentos publicados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que emite pronunciamentos, revisões de pronunciamentos e interpretações análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2024 são:

Norma	Descrição	Data de vigência e disposição transitória
<i>Lack of Exchangeability - Amendments to IAS 21</i>	As emendas estabelecem que quando uma moeda não for conversível por outra na data mensuração, a taxa de câmbio à vista deve ser estimada. Adicionalmente, as emendas orientam sobre como avaliar a conversibilidade entre moedas e como determinar a taxa de câmbio à vista quando da ausência da conversibilidade. Quando a taxa de câmbio à vista for estimada porque uma moeda não é conversível por outra moeda, devem ser divulgadas informações que permitam entender como a moeda não conversível por outra moeda afeta, ou se espera que afete, a demonstração do resultado, o balanço patrimonial e a demonstração dos fluxos de caixa.	1º de janeiro de 2025 com regras de transição específicas
<i>Annual Improvements - Volume 11</i>	As emendas alteram pontualmente requerimentos relacionados aos seguintes temas e normativos: preço de transação e desconhecimento de passivos de arrendamentos (<i>IFRS 9 Financial Instruments</i>); método de custo (<i>IAS 7 Statement of Cash Flows</i>); ganho ou perda no desconhecimento divulgação da diferença diferida entre o valor justo e o preço da transação, e divulgação do risco de crédito (<i>IFRS 7 Financial Instruments: Disclosures</i>); determinação de um ‘agente de fato’ (<i>IFRS 10 Consolidated Financial Statements</i>); e contabilização de hedge para um adotante pela primeira vez (<i>IFRS 1 First-Time Adoption of International Financial Reporting Standards</i>).	1º de janeiro de 2026 com regras de transição específicas
<i>Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments - Amendments to IFRS 9 and IFRS 7</i>	De forma geral, as emendas às IFRS 9 trazem esclarecimentos sobre: avaliação dos fluxos de caixa contratuais para classificação de ativos; ativos financeiros non-recourse e instrumentos contratualmente vinculados. Adicionalmente, as emendas à IFRS 9 trazem esclarecimentos quanto à data do reconhecimento inicial ou desconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros, e a possibilidade de desconhecer passivos financeiros que serão liquidados em caixa por meio de um sistema eletrônico de pagamento, antes da data da liquidação, desde que determinados critérios sejam atendidos. Já as emendas à IFRS 7 trazem novos requerimentos de divulgação.	1º de janeiro de 2026 com regras de transição específicas
<i>Contracts Referencing Nature - dependent Electricity - Amendments to IFRS 9 and IFRS 7</i>	As emendas promovem alterações nas IFRS 9 e IFRS 7 para fins de reporte de contratos de eletricidade relacionados à natureza. Tais emendas incluem: esclarecimento sobre aplicação dos requerimen- <i>tos own-use</i> ; permissão da utilização da contabilização de <i>hedge</i> se esses contratos forem utilizados como instrumentos de hedge; e requerimentos adicionais de divulgação.	1º de janeiro de 2026 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas
<i>IFRS 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements</i>	A IFRS 18 estabelece novos requerimentos para a apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, em substituição à <i>IAS 7 - Presentation of Financial Statements</i> . Entre outros, foram incluídos novos requerimentos sobre: a. Apresentação da demonstração do resultado, incluindo a obrigação de classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas; b. Divulgação de medidas de desempenho definidas pela gestão; c. Orientação sobre agregação ou desagregação de informações; e d. Novos requerimentos de divulgação. Adicionalmente, foram feitas determinadas alterações em outros normativos, incluindo requerimentos contábeis que tratam da demonstração do fluxo de caixa. Nesse último, entre outras modificações, foi removida a opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.	1º de janeiro de 2027 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas
<i>IFRS 19 - Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures</i>	A IFRS 19 é uma norma de aplicação voluntária que permite que entidades elegíveis forneçam divulgações reduzidas ao aplicar os padrões contábeis IFRS em suas demonstrações financeiras. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10, não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.	1º de janeiro de 2027 com regras de transição específicas

Em relação ao normativo em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. Quanto aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. 5.2. **Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)**: O CPC emite pronunciamentos, revisões de pronunciamentos e interpretações tidos como análogos aos IFRS, tal como emitidos pelo IASB. A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2024, bem como os IFRS equivalentes:

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto - <i>CPC Associates and Joint Ventures 18 (R3)*</i>	<i>IAS 28 Investments in Associates and Joint Ventures</i>	1º de janeiro de 2025
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27	<i>Amendments to IAS 21 (Lack of Exchangeability)</i>	1º de janeiro de 2025
Interpretação Técnica ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial ICPC 09 (R3)**	Sem equivalência às IFRS	1º de janeiro de 2025
Orientação Técnica OCPC 10 - Créditos de Carbono, Permissões de Emissões (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBIO) (OCPC 10)	Sem equivalência às IFRS	1º de janeiro de 2025

* Emitido em substituição ao CPC 18 (R2)
** Emitido em substituição ao ICPC 09 (R2)
Os efeitos esperados da aplicação inicial referente aos normativos listados acima são os mesmos que foram apresentados para os respectivos normativos emitidos pelo IASB apresentados no item 5.1.

6. CONTAS A RECEBER: 6.1. Contas a receber, líquidas

	2024	2023
Receíveis de contratos com clientes		
Terceiros	301	263
Partes relacionadas (Nota 10.1)	172.701	453.258
Total do contas a receber	173.002	453.521
Perdas de crédito esperadas (PCE) - Terceiros	(301)	(263)
Total do contas a receber, líquidas	172.701	453.258
Circulante	128.726	402.362
Não circulante	43.975	50.896

6.2. Aging do contas a receber terceiros

	Contas a receber	2024 PCE	Contas a receber	2023 PCE
Vencidos:				
De 3 a 6 meses	38	(38)	–	–
Acima de 12 meses	263	(263)	263	(263)
Total	301	(301)	263	(263)

6.3. Movimentação das perdas de crédito esperadas - PCE

	2024	2023
Saldo inicial	(263)	(263)
Adições	(38)	–
Saldo final	(301)	(263)
Circulante	(301)	(263)
6.4. Contas a receber - FIDC	2024	2023

Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados - FIDC-NP	397.285	473.370
Total	397.285	473.370

Representam os recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas exclusivamente pela Petrobras e suas controladas. A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como “recebíveis” considerando que o lastro desse fundo é principalmente em direitos creditórios. A redução do saldo em 2024 decorre da utilização de recursos para pagamento de dividendos intermediários. **Prática contábil:** As contas a receber são geralmente classificadas como ao custo amortizado. A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas (PCE) para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões. A matriz tem como base a experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais, para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos. PCE é a média ponderada de perdas de crédito históricas com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à Companhia e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original. Em geral, para os demais recebíveis, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à PCE para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro aumentar significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à PCE (vida toda). Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a Companhia compara o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial. Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário. A Companhia assume que o risco de crédito de contas a receber não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando as contas a receber possuírem baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação. Inexistindo controvérsia ou outras questões que podem resultar em suspensão da cobrança, a Companhia considera inadimplência quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a noventa dias.

7. IMOBILIZADO

	Equipamentos e outros bens	Direitos de uso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1	1.554	1.555
Custo acumulado	15	2.357	2.372
Depreciação acumulada	(14)	(803)	(817)
Depreciação	(1)	(591)	(592)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	–	963	963
Custo acumulado	–	2.269	2.269
Depreciação acumulada	–	(1.306)	(1.306)

	Equipamentos e outros bens	Direitos de uso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2	1.672	1.674
Custo acumulado	15	2.301	2.316
Depreciação acumulada	(13)	(629)	(642)
Adições	–	383	383
Depreciação	(1)	(501)	(502)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1	1.554	1.555
Custo acumulado	15	2.357	2.372
Depreciação acumulada	(14)	(803)	(817)

Os direitos de uso incluem embarcação de apoio operacional e edificação administrativa. A PB-LOG obtém integralmente os benefícios de uso desses ativos. **Prática contábil:** Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). Os ativos de direito de uso são apresentados como ativo imobilizado e, de acordo com as vidas úteis de seus respectivos ativos subjacentes e as características dos contratos de arrendamento (prazo, transferência do ativo ou exercício de opção de compra), são depreciados pelo método linear com base nos prazos contratuais.

8. FORNECEDORES

	2024	2023
Terceiros no país	34.774	122.533
Partes relacionadas (Nota 10.1)	113.400	154.670
Total	148.174	277.203
Circulante	148.174	277.203

A Companhia participa de um programa da Petrobras para fomentar o desenvolvimento da cadeia produtiva de óleo e gás denominado “Mais Valor”, operacionalizado por uma empresa parceira em uma plataforma 100% digital. As faturas performadas dos fornecedores cadastrados na plataforma ficam disponíveis para serem antecipadas em um processo de leilão reverso, cuja vencedora é a instituição financeira que fizer o lance com a menor taxa de desconto para o fornecedor. A instituição financeira passa a ser a credora das faturas antecipadas pelo fornecedor, sendo que a PB-LOG paga as faturas na mesma data e condições originalmente acordadas com o fornecedor. As faturas são antecipadas no programa Mais Valor exclusivamente a critério dos fornecedores e não sofrem alteração de prazos, preços e condições comerciais contratados pela Companhia, bem como não há quaisquer registros de encargos financeiros, sendo mantidas as classificações em fornecedores no balanço e como atividade operacional as variações apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa. Em 31 de dezembro de 2024, os valores antecipados pelas instituições financeiras aos fornecedores, no escopo do Programa é de R\$ 28.455 (R\$ 36.057 em 31 de dezembro de 2023), com prazo de pagamento entre 6 e 17 dias e prazo médio ponderado de 11 dias, após atendidas as condições comerciais contratadas.

9. **ARRENDAMENTOS**: Os arrendamentos incluem obrigações relativas a embarcação de apoio operacional e edificação administrativa, que são ativos dos quais a PB-LOG obtém integralmente os benefícios de seu uso junto à Petrobras. A movimentação dos contratos de arrendamento reconhecidos no passivo da Companhia está demonstrada a seguir:

	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.182
Remensuração/Novos contratos	(87)
Pagamento de principal e juros	(1.315)
Encargos incorridos no período	559
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.339
Circulante	627
Não Circulante	712

	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.279
Remensuração/Novos contratos	383
Pagamento de principal e juros	(645)
Encargos incorridos no período	210
Encerramento antecipado	(45)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.182
Circulante	1.083
Não Circulante	1.099

Os pagamentos mínimos de arrendamento mercantil financeiro, por vencimento, estão detalhados a seguir:

Compromissos Estimados	Valor Futuro	Juros Anuais	Valor Presente
2025	693	(66)	627
2026	724	(131)	593
2027	120	(30)	90
2028	42	(13)	29
Em 31 de dezembro de 2024	1.579	(240)	1.339

Circulante 627
Não circulante 712
Prática contábil: A classificação contábil das operações de arrendamento operacional tem como base normativa o CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Os passivos de arrendamento, incluindo aqueles cujos ativos subjacentes de baixo valor, são mensurados pelo valor presente dos pagamentos dos arrendamentos, geralmente descontados à taxa incremental nominal sobre empréstimos da Petrobras, visto que as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento com terceiros normalmente não podem ser prontamente determinadas. Remensurações no passivo de arrendamento geralmente refletem alterações oriundas de índices ou taxas contratuais, bem como dos prazos dos arrendamentos devido a novas expectativas de prorrogações ou rescisões do arrendamento. Os juros incorridos atualizam o passivo de arrendamento e são classificados como despesas financeiras, enquanto os pagamentos reduzem o seu valor contábil. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo (prazo de 12 meses ou menos) são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do contrato.

10. **PARTES RELACIONADAS**: A Companhia segue a política com partes relacionadas do Sistema Petrobras, de forma a assegurar os interesses da Companhia, alinhada à transparência nos processos, às exigências legais e às melhores práticas de Governança Corporativa, sem conflito de interesses, e em observância aos princípios de competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade. A política também visa a garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da Administração da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos eram os seguintes:

10.1. Transações comerciais e outras operações

	Petrobras	Transpetro	PNBV	FIDC-NP	2024 Total	2023 Total
Ativo						
Contas a receber						
Clientes	128.556	170	–	–	128.726	402.362
Contas a receber - FIDC	–	–	–	397.285	397.285	473.370
Reembolso de contingência (a)	43.975	–	–	–	43.975	50.896
Total	172.531	170	–	397.285	569.986	926.628
Circulante	128.556	170	–	397.285	526.011	875.732
Não circulante	43.975	–	–	–	43.975	50.896

Passivo						
Fornecedores						
Fornecedores	55.826	–	57.574	–	113.400	154.669
Obrigações vinculadas às operações da REFAP (b)	46.731	–	–	–	46.731	45.203
Arrendamentos	1.339	–	–	–	1.339	2.182
Total	103.896	–	57.574	–	161.470	202.054
Circulante	56.453	–	57.574	–	114.027	155.752
Não circulante	47.443	–	–	–	47.443	46.302

Resultado						
Receita de prestação de serviços	1.511.115	1.369	–	–	1.512.484	3.341.358
Custos dos serviços prestados	(200.283)	(1.157)	(59.393)	–	(260.833)	(664.497)
Despesas administrativas	(17.672)	–	–	–	(17.672)	(17.273)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(6.567)	–	–	–	(6.567)	(186)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(14)	–	–	55.025	55.011	99.752
Variações monetárias e cambiais líquidas	(10.667)	–	199	–	(10.468)	(9.904)
Total	1.275.912	212	(59.194)	55.025	1.271.955	2.749.250

(a) Ressarcimentos a serem recebidos: Referem-se aos valores a serem ressarcidos pela Petrobras frente às perdas prováveis com processos judiciais originados das atividades operacionais da REFAP, conforme detalhado na nota explicativa nº 11.1.

(b) Ressarcimentos a serem pagos: Referem-se a valor a ser ressarcido à Petrobras frente ao aproveitamento de créditos fiscais de PIS/COFINS originados das atividades operacionais da REFAP, conforme detalhado na nota explicativa nº 12.2. 10.2. **Membros chave da administração: Remuneração da administração:** As remunerações totais dos membros da Diretoria Executiva da PB-LOG têm por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, e pelo Ministério de Minas e Energia e são apresentadas a seguir:

	2024	2023
Salários e benefícios	1.760	1.370
Encargos sociais	493	318
Previdência complementar	160	131
Remuneração variável	1.889	683
Total	4.302	2.502
Número de membros	3,00	3,00
Número de membros remunerados	2,00	1,58

A PB-LOG, durante o período de vigência dos mandatos dos membros da Diretoria Executiva da Companhia oriundos da Petrobras, patrocina o plano de previdência Petros 2 desses diretores, cabendo integralmente à Petrobras, as obrigações de benefício pós-emprego. Cabe destacar que a Diretora-Presidente também está exercendo a função de Diretora de Operações. 10.3. **Remuneração variável: Programa de Prêmio por Desempenho - PRD:** Nos mesmos moldes que para o ano de 2023, em 2024, a Diretoria Executiva da PB-LOG aprovou o novo Programa de Prêmio por Desempenho (PRD) para o ano, destinado aos empregados da Petrobras cedidos à PB-LOG ocupantes ou não de função gratificada. Alinhado ao Plano Estratégico da Companhia, esse programa tem como objetivo alinhar o interesse entre acionistas e empregados com e sem função gratificada, estimular o comportamento voltado para resultados, recompensar as pessoas pelos resultados alcançados, remunerar de forma diferenciada por entrega diferenciada e contribuir para a atração e retenção de talentos. O gasto estimado para o PRD de 2024 dependerá de determinados fatores, tais como desempenho individual dos empregados, além das métricas de desempenho da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 a provisão para pagamento do PRD 2024 foi de R\$ 2.492. Em 31 de dezembro de 2023 a provisão para pagamento do Programa de Prêmio por Performance - PPP 2023 foi no valor de R\$ 3.051. **Participação nos Lucros ou Resultados - PLR:** Os empregados da Petrobras cedidos à PB-LOG são contemplados pelo Acordo Coletivo de Programa de Participação nos Lucros (PLR) negociado entre os Sindicatos e a Petrobras. O montante estimado de desembolso dependerá dos resultados nas métricas de desempenho da Petrobras. Em 31 de dezembro de 2024, a provisão para pagamento da PLR 2024 atingiu R\$ 2.638 (R\$ 2.637 em 31 de dezembro de 2023 referente à PLR 2023). **Remuneração do Conselho Fiscal:** Em 29 de abril de 2024, a Assembleia Geral aprovou o montante limite da remuneração dos membros titulares do Conselho Fiscal em R\$ 364 para o período compreendido entre abril de 2024 e março de 2025, conforme autorizado pela SEST (OFÍCIO CIRCULAR SEI nº 187/2024/MGI). A remuneração mensal dos membros do Conselho Fiscal corresponde a um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos à adicional de férias e benefícios. No exercício de 2024, a remuneração média mensal dos Conselheiros Fiscais foi de R\$ 7 (R\$ 6 em 2023). **Prática contábil:** As provisões dos programas de remuneração variável (PRD/PPP e PLR) são reconhecidas

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

CNPJ Nº 04.207.640/0001-28 – (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Prática contábil: Os principais contratos com clientes da Companhia envolvem a prestação de serviços de logística integrada e controle de emergência. A Companhia avalia os contratos com clientes que serão objeto de reconhecimento de receitas e identifica os produtos e serviços distintos prometidos em cada um deles. As receitas de vendas são reconhecidas no momento em que o controle é transferido ao cliente, o que geralmente ocorre quando o serviço é prestado. Neste momento, a Companhia satisfaz à obrigação de desempenho. São consideradas obrigações de desempenho as promessas de transferir ao cliente: (i) bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto; e (ii) uma série de bens ou serviços distintos que possuam as mesmas características ou sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente. Os faturamentos ocorrem em períodos bem próximos às entregas e prestação de serviços, portanto, não são esperadas alterações significativas nos preços das transações a serem reconhecidas em receitas de períodos posteriores à satisfação de obrigação de desempenho. As vendas são realizadas em prazos curtos de recebimento, não havendo assim componentes de financiamento significativo.

16. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Receitas Financeiras

Receita com recebíveis de ativos financeiros – FIDC

Receita com depósitos judiciais

Outros

Despesas Financeiras

Juros

Despesas com arrendamento

Variações monetárias e cambiais, líquidas

Atualização monetária de dividendos pagos

Atualização monetária dividendos a pagar

Atualização monetária de depósitos judiciais

Atualização monetária de impostos a recuperar

Outros

Total

2024	2023
70.155	130.825
70.153	130.816
2	10
-	(1)
(1.378)	(1.389)
(850)	(1.193)
(528)	(196)
(5.125)	(4.353)
(9.350)	(8.226)
211	652
3.170	3.794
2.475	1.759
(1.631)	(2.332)
63.652	125.083

17. Despesas e custos por natureza

Gastos com pessoal (administrativo)

Compartilhamento de gastos com a Controladora (administrativo)

Depreciação e amortização (administrativo)

Outras despesas administrativas

PIS/COFINS sobre rendimentos do FIDC e demais impostos e taxas

Afretamentos de embarcações e aeronaves

Serviços logísticos

Operações terrestres

Serviços de segurança, meio ambiente e saúde

Gastos com pessoal (operacional)

Depreciação e amortização (operacional)

Outros custos operacionais

Total

Na demonstração de resultado:

Despesas gerais e administrativas

Despesas tributárias

Custos dos serviços prestados

Total

18. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Provisões e/ou perdas com processos judiciais

Despesas com ociosidade de embarcações

Multas contratuais

Prêmio por desempenho e PLR

Provisão/reversão ressarcimento de contingências

Perdas de créditos esperadas

Outras despesas, líquidas

2024	2023
(14.673)	(14.079)
(7.394)	(6.197)
(343)	(404)
(1.682)	(1.494)
(2.299)	(6.472)
(506.363)	(1.151.816)
(192.350)	(662.314)
(13.446)	(67.152)
(13.978)	(13.468)
(9.141)	(8.788)
(71)	(54)
(4.991)	(6.482)
(766.731)	(1.938.720)

2024	2023
8.904	(2.129)
-	(5)
424	2.804
(4.307)	(5.607)
(6.921)	1.829
(38)	-
1	252

DIRETORIA EXECUTIVA

ODALÉA ELISABETH FRANCO DE LIMA

Diretora Presidente

ELISANDRA COLLAZIOL

Diretora Corporativa e Financeira

ODALÉA ELISABETH FRANCO DE LIMA

Diretora de Operações

EDUARDO SEIXAS - Contador - CRC/RJ 087203/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.** – Rio de Janeiro – RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Transações com partes relacionadas: Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 1 e 10, chamamos a atenção para o fato que a Companhia faz parte de um grupo econômico e mantém operações relevantes com seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, principalmente envolvendo a receita de serviços e os custos de serviços prestados. Essas transações foram efetuadas de acordo com os termos específicos firmados entre a Administração da Companhia e a Petrobras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas

no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. – Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2025.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Milena dos Santos Rosa
Contadora CRC RJ-100983/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. – PB-LOG**, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou os seguintes documentos emitidos pela PB-LOG relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024: I - Relatório da Administração; II – Demonstrações Financeiras; e III - Proposta de Distribuição de Dividendos. Com base nos exames efetuados, considerando as práticas contábeis adotadas no Brasil, as informações prestadas pela Administração e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas pela KPMG Auditores Independentes, datado de 25 de fevereiro de 2025, o Conselho

Fiscal opina que os documentos apresentados estão em condições de serem deliberados pela Assembleia Geral Ordinária da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. Os Conselheiros Fiscais declaram não conhecer quaisquer outros eventos que possam afetar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2025.

Walber Monteiro de Almeida
Conselheiro Fiscal – Presidente

Pedro Guedes Campelo
Conselheiro Fiscal

Rafael Rezende Brigolini
Conselheiro Fiscal

Patrícia Alvim Mendonça
Secretária-Geral